

*God bless our men in uniform: militarização e militarismo nos Estados Unidos da América*¹

God bless our men in uniform: militarization and militarism in the United States of America

Rev. Bras. Est. Def. v. 10, n. 2, jul./dez. 2023, p. 245–268

DOI: 10.26792/RBED.v10n2.2023.75374

ISSN 2358-3932

CLARISSA FORNER
CRISTINA SOREANU PECEQUILLO

INTRODUÇÃO

O *farewell address* proferido pelos presidentes dos Estados Unidos da América (EUA) ao fim de cada administração é um dos momentos mais simbólicos na política estadunidense. Dentre os desafios enunciados, historicamente, a guerra e a administração do aparato militar tornaram-se um tema recorrente. George Washington, por exemplo, já apontava os perigos decorrentes da manutenção de grandes estruturas militares para a preservação da liberdade e do governo republicano: “[...] elas [as regiões do país] evitarão a necessidade daqueles enormes aparatos militares que, sob qualquer forma de governo, são desfavoráveis à liberdade, e devem ser

Clarissa Forner é doutora em Relações Internacionais pelo PPGRJ San Tiago Dantas (Unesp-Unicamp-PUC/SP). Professora de Relações Internacionais na Universidade São Judas Tadeu (USJT) e no Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Professora convidada no curso de Pós-Graduação em Política e Relações Internacionais da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). Pesquisadora do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (Gedes), do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT/INEU) e do Grupo de Pesquisa em Política, Economia, Cultura e Relações Internacionais da Universidade São Judas Tadeu. Contribuiu no artigo com a sistematização do debate conceitual sobre militarismo e militarização e com a discussão sobre o caso dos EUA. orcid.org/0000-0001-5142-5787. E-mail: clarissafortner@gmail.com.

Cristina Soreanu Pecequillo é professora livre-docente em Política Internacional pela Unifesp, Mestre e Doutora em Ciência Política pela USP. Professora de Relações Internacionais da Unifesp e dos Programas de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas Unesp/Unicamp/PUC-SP e em Economia Política Internacional da UFRJ. Pesquisadora do Nerint/UFRGS e do CNPq (Processo nº. 307010/2021-0). Contribuiu no artigo com a definição da estrutura e recorte temático, edição e redação do artigo em co-autoria. orcid.org/0000-0003-1617-186X. E-mail: crispece@gmail.com.

vistos como particularmente hostis à liberdade republicana.” (Washington, 1796, tradução nossa).

Receios similares foram verbalizados por Dwight Eisenhower (1953-1961), com o país alçado à condição de potência econômica e militar da Guerra Fria (1947-1989). Eisenhower encontrava-se em uma realidade na qual os gastos em defesa totalizavam quase 70% do orçamento federal e 10% do Produto Interno Bruto (PIB). Suas preocupações se destinavam à ampliação das tropas e ao crescimento do “complexo industrial militar”, a associação entre o aparato militar e as elites econômicas, responsáveis pelo incremento da produção de armamentos. Afirmava Eisenhower:

Até o último de nossos conflitos mundiais, os Estados Unidos não tinham nenhuma indústria de armamentos [...] Mas agora nós não podemos mais arriscar a improvisação de emergência da defesa nacional; nós fomos compelidos a criar uma indústria permanente de armamentos de vastas proporções. Somado a isso, três milhões e meio de homens e mulheres estão diretamente comprometidos com o *establishment* de defesa. Nós gastamos mais com segurança militar anualmente do que a renda líquida de todas as corporações dos Estados Unidos. Essa conjunção de um imenso aparato militar e uma grande indústria de armamentos é nova na experiência americana. A influência total- econômica, política, mesmo espiritual — é sentida em cada cidade, cada estado, cada casa, cada gabinete do governo federal. Nós reconhecemos a imperativa necessidade desse desenvolvimento. No entanto, não podemos deixar de compreender suas graves implicações [...] nós temos que nos resguardar contra a aquisição da injustificada influência, seja intencional ou não, do complexo industrial militar. (Eisenhower 1961, tradução nossa).

Durante sua formação, os EUA esboçaram um comportamento que refletia as palavras de Washington: avesso à manutenção de grandes contingentes militares e tropas profissionais. Parte significativa das atividades de defesa era relegada a milícias locais, compostas por cidadãos que não tinham na guerra sua ocupação principal. A Guerra de Secessão (1861-1865), travada entre o norte manufatureiro e o sul escravocrata foi um dos eventos que, já no século XIX, começou a alterar essa disposição, evidenciando a necessidade de um exército regular. Porém, o maior incremento de forças aconteceu após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), marco da ascensão hegemônica. Para Bacevich (2005), os crescentes gastos militares e inovações tecnológicas, como o desenvolvimento da bomba atômica, incutiram a percepção interna de que, no campo militar, os EUA haviam desenvolvido uma *expertise* única.

Em 1949, foi oficializada a criação do Departamento de Defesa (DoD), unificando os departamentos das forças armadas e centralizando suas atividades sob a coordenação do gabinete do Secretário de Defesa, dotado de *status* ministerial. O Pentágono, como ficou conhecido o departamento, devido ao formato do edifício que o abriga, tornou-se a maior burocracia do *establishment* político, captando as mais vultosas somas do orçamento federal.

Além de se tornar o principal canal formal de comunicação das forças armadas com o sistema político, o DoD ampliou seu acesso à sociedade civil, por meio de parcerias no setor de inovação com indústrias de armamentos e universidades, consolidando a estrutura doméstica do complexo industrial militar. A capilaridade do referido complexo ainda alcançou a esfera cultural, a partir do estabelecimento de parcerias entre o DoD e a indústria cinematográfica e de propaganda, de forma a ampliar a difusão social dos valores e ideias militares, por meio do reforço às referências imagéticas de patriotismo, que corroboram para o aprofundamento do militarismo na sociedade estadunidense.

Essa configuração contribuiu, em última instância, para a maior participação da burocracia de defesa na esfera decisória da política doméstica e na implementação da agenda de política externa. Neste segundo campo, sua presença se tornou ainda mais relevante a partir da década de 1990, em decorrência da combinação entre a maior diversificação das formas de emprego das forças armadas — incluindo atividades humanitárias, *law enforcement* e cooperação em segurança — e os sucessivos ciclos de cortes orçamentários experimentados pelas agências civis responsáveis pela representação diplomática como o Departamento de Estado (DoS).

Conforme apontado por Kienscherf (2013), no ato da passagem da Lei de Segurança Nacional de 1947, que constituiu as principais agências do aparato federal estadunidense, incluindo o DoD e o Conselho de Segurança Nacional, a “segurança nacional” substituiu o conceito tradicional de “defesa”, possibilitando um entendimento semântico mais abrangente, assentado na coordenação civil e militar.

Esta alteração tornou a mobilização militar permanente e sem precedentes mais aceitável do ponto de vista das tradições estadunidenses de rejeição a grandes exércitos, posto que “defesa” evocava a guerra e a proteção contra ameaças externas, enquanto “segurança” era um conceito aplicado à garantia da ordem interna. A inversão simbolizou a externalização, para o sistema internacional, da busca pela ordem vigente no âmbito doméstico e a internalização da lógica externa de preparação para a guerra. A segurança nacional se converteu no princípio organizador de diversas políticas públicas, incluindo a política exterior e a política de defesa.

Desde então, as temáticas da militarização e do militarismo se tornaram frequentes nas discussões sobre a constituição do sistema burocrático dos EUA. Todavia, o emprego de ambos os termos precisa ser aprofundado, assim como sua relação com o ideário liberal estadunidense, cuja influência tem feito com que o país seja frequentemente apresentado como um modelo bem-sucedido pela literatura tradicional sobre relações civil-militares, a despeito das evidências históricas que indicam a ampliação do impacto político-decisório e social do crescimento do aparato militar (Bacevich 2007).

Portanto, o objetivo deste artigo é desenvolver a ideia de que não há uma contradição entre o liberalismo e o processo de militarização nos EUA, mas sim, uma complementaridade. Para promover esta discussão, a metodologia sustenta-se em uma análise qualitativa, baseada na literatura especializada e em documentos oficiais. Além desta introdução, e das considerações finais, o artigo se encontra dividido em duas partes: a apresentação dos conceitos de militarismo e militarização e o debate sobre o “militarismo liberal” nos EUA.

MILITARISMO E MILITARIZAÇÃO: UM DEBATE CONCEITUAL

O emprego dos conceitos de “militarização” e “militarismo” suscita controvérsias que levam à ausência de consenso, à banalização ou ao excesso de uso dos vocábulos. Uma das possíveis explicações para esse fenômeno talvez seja a permanente relevância dos efeitos da estrutura militar sobre as sociedades. A despeito das transformações históricas e dos diferentes formatos assumidos pela organização militar, ela continua a representar um dos pilares do Estado moderno. A atualidade e pertinência destes conceitos se justifica pelas possibilidades de ampliação do entendimento sobre as dinâmicas do poder militar, não só na guerra, mas principalmente na paz. Além disso, os estudos sobre militarização e militarismo são interdisciplinares envolvendo áreas como a estratégia, as relações civis militares, a economia política e as relações internacionais.

De maneira genérica, compreendemos “militarismo” como o conjunto de ideias e comportamentos, que culminam na maior valorização de elementos militares em sociedade e/ ou no aumento à predisposição ao conflito, mediante a normalização da mobilização constante para a guerra (Enloe 2014; Lisón 2007; Mann 1987; Pion-Berlin 2018; Vagts 1937). A “militarização”, por seu turno, consiste no processo de fixação dos comportamentos e ideais militaristas na estrutura social, por meio da penetração desses últimos na organização das relações em sociedade, instituições ou políticas públicas. O conceito de militarização também costuma ser utilizado para designar a dimensão material do aumento das funções e cargos desempe-

nhados por militares e do *military build-up* (Kinsella 2013; Mathias 2003; Ross 1987).

Os resultados do processo de militarização podem gerar o aumento da influência e do poder dos setores militares na sociedade civil, em detrimento das parcelas não militares (Kinsella 2013). Por outro lado, a maior parte das análises admite que os processos de militarização e de intensificação de comportamentos militaristas não necessariamente decorrem da participação de militares no sistema político, ou de contextos de desequilíbrio do controle civil. É possível que tais processos sejam impulsionados por meio da iniciativa civil, mesmo quando se observa o aumento das funções ocupadas por militares ou militares aposentados (Bloomfield 1974; Levy 2016; Mathias 2003). Outro ponto é que podem ser identificados diferentes graus de militarização e/ ou militarismo, variando de acordo com os contextos históricos.

Assim, é preciso compreender a evolução destes estudos. As primeiras tentativas de elaboração conceitual imputavam ao militarismo e à militarização uma carga pejorativa. Principalmente nas sociedades liberais, o militarismo foi associado à expansão dos poderes da cúpula militar, a partir do incremento de sua autoridade em relação às classes políticas. O fenômeno funcionava, nas palavras de Thee (1977), como um “corolário de comando e privilégio”, que, mediante o aumento da influência militar em sociedade, tendia a favorecer a predisposição ao conflito e ao expansionismo territorial. O militarismo também servia como veículo explicativo das disputas de poder e do imperialismo europeu, nos séculos XVIII e XIX. A militarização, por seu turno, representava uma extensão do militarismo, incrementando a influência militar sobre as esferas civis, notadamente na organização social e na economia.

Em uma das primeiras formulações teóricas sobre o tema, Vagts (1937) expunha essas possibilidades, apontando a existência de uma “via militar” e outra “via militarista”. A “via militar” se relacionava ao entendimento moderno mais tradicional do aparato militar, enquanto meio para a realização de um fim político. Por outro lado, a “via militarista” era o comportamento que implicaria a subversão da concepção mais comedida, tornando o poder militar um fim em si mesmo.

Quando do início da Guerra Fria, o emprego dos termos sofreu novos alargamentos a fim de mapear os efeitos da corrida armamentista sobre as potências estadunidense e soviética e a ascensão de regimes militares nos chamados países de “Terceiro Mundo”. Incrementou-se o interesse pelo aspecto sistêmico da militarização e sua imbricação com a economia capitalista. A percepção mais comum era de que o militarismo no conflito bipolar se diferenciava daquele vigente em outras épocas, devido ao seu

alcance global, perpetuado por meio das relações de dependência econômica e a difusão de tecnologias militares para países subdesenvolvidos, como extensão dos conflitos travados entre as grandes potências (Thee 1977).

Na metade do século XX, predominavam dois entendimentos de militarismo, categorizados por Grizold (2000) como uma corrente “realista/liberal” e outra “marxista”. No primeiro caso, o militarismo é compreendido como fruto dos processos de fortalecimento do poder militar em relação à autoridade civil do Estado e de desequilíbrios na estrutura das relações civis militares. Os grupos militaristas maximizam seus interesses e objetivos na esfera decisória, mediante o incentivo ao emprego frequente do instrumento militar. A possível correção do militarismo exigiria o reforço das instituições de controle civil objetivo e o aumento da supervisão aos grupos que esboçassem comportamentos militaristas em sociedade.

As contribuições marxistas assumem um caráter mais complexo, buscando a explicação das raízes do fenômeno militarista na estrutura da sociedade de classes e nos movimentos de expansão do capital. O militarismo é encarado por essa vertente como um instrumento de poder das oligarquias, as quais se utilizam do mecanismo militar para perpetuar seu domínio e ganhos econômicos doméstica e internacionalmente. A militarização corresponde ao incremento da mobilização para a guerra e à penetração de valores militares na organização da estrutura social, por meio de sua reprodução em instituições de ensino, política, mídia entre outras. A difusão do militarismo contribui para a perpetuação de múltiplas formas de dominação, inclusive na seara econômica (Grizold 2000).

O foco na economia foi condizente com o período da década de 1970, caracterizado por eventos como a distensão EUA e URSS. Difundiram-se as teorias sobre o aumento da interdependência entre os Estados e a multiplicação dos atores internacionais (Keohane 1984), que contribuiriam para a redução da necessidade do poder militar. Na academia e sociedade estadunidenses, esse processo foi “temperado” pela ascensão de movimentos antimilitaristas devido à Guerra do Vietnã. A pauta da militarização, assim, foi rechaçada, sob a perspectiva de que seu estudo implicava o incentivo e a aproximação aos valores militaristas.

A chegada de Ronald Reagan (1981-1987) à presidência, com uma campanha focada na revitalização do aparato militar e no “reaquecimento” da Guerra Fria resultaram na retomada da corrida armamentista e dos debates sobre a militarização e o militarismo. Se, em um primeiro momento, as maiores fontes de contribuições para o campo haviam se concentrado nos estudos sobre relações civis militares e na economia política, nessa nova fase, os principais avanços vieram da sociologia histórica e das perspectivas feministas. A despeito de suas diferentes ênfases, a abordagem sociológica

e as correntes feministas promoveram a maior inserção do debate sobre as bases e impactos sociais dos fenômenos da militarização e do militarismo, o que significava uma mudança do foco conferido à dimensão governamental pelas análises tradicionais.

Em 1987, na revista *New Left Review*, Michael Mann, um dos expoentes da vertente sociológica, apontava que: “Defino militarismo como um conjunto de atitudes e práticas sociais que consideram a guerra ou a preparação para ela como uma atividade social normal e desejável”. (Mann 1987, 35, tradução nossa). Além do destaque à mobilização social belicosa permanente, o autor também teceu considerações acerca da relação entre a população estadunidense e a guerra. Em sua avaliação, a sociedade estadunidense mantinha uma relação frouxa com seus exércitos, ainda mais enfraquecida após o fracasso no Vietnã. Parte significativa da esfera nacional mantinha-se informada sobre a guerra em territórios distantes, conservando o apoio à presença militar global, mas este suporte possuía um caráter frágil e superficial, avesso a casualidades. De acordo com Mann (1987), com essa configuração o uso da força se tornava uma atividade para consumo doméstico, quase como entretenimento televisivo, justificando o emprego do termo “guerra como esporte de espectador”.

Por outro lado, as perspectivas feministas compreendem o militarismo como expressão de uma sociedade organizada em torno do ideal de masculinidade heterossexual, que supervaloriza o culto à violência, o uso da força e, conseqüentemente, a atividade militar. Como avalia Basham (2018), a normalização das práticas militaristas provoca a concentração dos recursos estatais no setor militar, em detrimento do investimento em programas sociais responsáveis pela diminuição da vulnerabilidade dos grupos marginalizados.

Procurando estabelecer definições aos conceitos de militarismo e militarização que abarcassem essas lógicas, Enloe (2014) afirma que o militarismo representa um “pacote de ideias”, que culminaria na sobrevalorização do elemento militar em sociedade e no estabelecimento de “modelos” de Estado, a partir delas. As ideias básicas seriam as seguintes:

- a) que a força armada é a solução última das tensões; que a natureza humana é propensa ao conflito; c) que ter inimigos é uma condição natural; d) que relações hierárquicas produzem a ação efetiva; d) que um Estado sem exército é indefeso, pouco moderno e pouco legítimo; f) que, em tempos de crise, aquelas (es) que são femininas (os) precisam de proteção armada; e g) que, em tempos de crise, qualquer homem que se recuse a se engajar na ação violenta armada está comprometendo seu próprio *status* como um homem masculino. (Enloe 2014, 7, tradução nossa).

A militarização, por sua vez, é definida como:

[...] um processo sociopolítico. Militarização é o processo multidimensional através do qual as raízes do militarismo são cultivadas no solo da sociedade — ou de uma organização não governamental, um departamento de governo, um grupo étnico ou uma agência internacional. Não existe nada de automático ou inevitável sobre o processo de militarização. A militarização pode ser parada pela exposição, crítica e resistência em suas fases iniciais; ocasionalmente pode ser revertida. Ela também pode, de todo modo, ser impulsionada depois de anos de aparente estagnação. A maior parte dos processos de militarização ocorre durante o que é erroneamente rotulado como ‘tempo de paz’. (Enloe 2014, 7, tradução nossa).

Em decorrência dessas contribuições, parte significativa da literatura mais recente sobre militarismo e militarização tem se debruçado sobre a compreensão dos impactos desses fenômenos sobre a vida cotidiana (Basham 2018; Bernazzolli and Flint 2009; Lutz 2002). O argumento central é de que a ênfase na guerra ou na militarização construída sobre “macro narrativas” faz prevalecer um entendimento *top down* a seu respeito, que não contempla o papel das relações e práticas diárias na reprodução desses processos.

Outra vertente de análise dos fenômenos de militarização e militarismo aborda o debate sobre a produção e aquisição de armamentos. A militarização e o militarismo são fenômenos que se relacionam, mas não podem ser tratados como sinônimos, ou detentores de uma relação causal imediata (Kinsella 2013). Ilustrando essa questão, Ross (1987) argumentava que a militarização pode ser entendida em duas dimensões:

a) militarização como um processo através do qual o Estado se torna militarmente mais equipado, favorecendo a adoção de posturas conflitivas e militaristas em relação a outros Estados. Nesse caso, a militarização se equacionaria ao militarismo;

b) militarização como *military build-up*, ou seja, a aquisição de armamentos, aumento dos orçamentos militares e do tamanho das forças armadas que podem culminar no incremento do setor militar em relação ao civil, ou no aumento da influência política militar, mas que não necessariamente incorrem na assimilação de comportamentos militaristas e propensos ao uso da força.

A proposta de diferenciação se fundamenta na percepção de que as conexões entre os processos de *military build-up* e o militarismo são mais complexas do que lineares e tendem a variar. Analisando países de “Terceiro Mundo”, Ross (1987) pontuava que a associação imediata do incremento

material do poderio militar ao militarismo parecia pressupor a existência de um “ponto ótimo” normativo que, quando ultrapassado, se configuraria como representativo de um processo de militarização. A “quantidade ideal” é um critério subjetivo e não diz muito sobre o comportamento da sociedade em relação ao setor militar, ou à guerra. Ainda que o *military build-up* pudesse ser convertido em militarismo, não se tratava de uma tendência universal (Kinsella 2013).

No que se refere ao estudo do caso estadunidense, opta-se pelo entendimento de militarização como um processo que se conecta à adoção de comportamentos internacionais e domésticos mais propensos ao militarismo. O *military build-up* funciona como um dos alicerces e instrumentos do processo, mas não é o único, posto que a difusão da militarização em sociedade se relaciona à dimensão ideacional e institucional de penetração das estruturas e relações sociais pelas dinâmicas observadas na esfera militar.

Privilegia-se uma compreensão mais ampla do fenômeno do militarismo, não o restringindo à guerra ou à predisposição ao conflito. Todos os elementos aqui incorporados perfazem feições complementares do militarismo, que podem ou não se manifestar simultaneamente. Essas últimas são resumidas por Pion-Berlin (2018) como sendo: a) militarismo como ideal social, ou a valorização de ideias e comportamentos militares na vida política; b) militarismo como o aumento da presença militar e de sua influência sobre o governo; c) militarismo como emprego da força.

Lisón (2007) pontua que o militarismo não exige, necessariamente, a participação militar nas esferas de comando. Ele pode se manifestar como uma influência indireta do setor fardado em sociedade, reforçando a hipótese de que o militarismo seja promovido a partir da esfera civil e de maneira independente quanto aos graus de autonomia militar sobre os processos de decisão. Não é preciso que os militares tomem parte nas formulações decisórias para que o militarismo se verifique, embora estruturas sociais militarizadas tendam a ampliar a projeção da elite fardada no cenário político.

Por esse motivo, há que se diferenciar o controle civil sobre os militares do controle civil sobre a militarização (Levy 2016). O primeiro se refere ao controle e à subordinação do poder militar em relação à autoridade civil, tal qual proposto pelas teorias do controle civil debatidas. O controle sobre a militarização, por sua vez, requer a supervisão das instituições — civis e militares — que legitimam o emprego da força como atividade socialmente normalizada (Quadro 1).

Quadro 1
Comparando modos de controle

	Controle sobre os militares	Controle sobre a militarização
Foco	Foco na organização militar: aspectos operacionais da organização militar e suas implicações políticas	Foco na cultura política: legitimação do uso da força
Objetivo	Limitação da autonomia civil para acionar os militares	Submeter o uso da força ao processo deliberativo sobre a legitimidade do emprego
Como funciona	Mecanismos institucionais que afetam os atores e as decisões	Debates públicos afetando a cultura política sobre o emprego da força militar
Dimensão de poder	Dimensão institucional	Dimensão social

Fonte: Adaptado de Levy (2016, 11).

As duas formas de controle identificadas não se apresentam simultaneamente e em mesmo grau. Altos níveis de controle civil não significam altos índices de controle sobre a militarização, e vice-versa. Os EUA têm sido apresentados por parte significativa da literatura sobre o tema (Bloomfield 1974; Downes 2010; Janowitz 1960) como representativos de um “militarismo não intencional”, cujo gatilho seria, sobretudo, civil. A realização frequente de intervenções por decisão das classes políticas e, quase sempre, à revelia dos setores militares avessos à guerra teria incrementado a dependência da política externa em relação ao instrumento militar, conforme esse último tornara-se mais equipado e financiado que os instrumentos civis. Os militares teriam assumido mais funções e atribuições *by default*, e não intencionalmente. Portanto, os EUA se encaixariam, *a priori*, nos exemplos de coexistência entre um alto controle civil e baixo controle sobre a militarização.

Por outro lado, depois da Segunda Guerra Mundial, o setor militar assumiu um papel fundamental no processo de tomada de decisões, principalmente no campo internacional. No eixo doméstico, a consolidação do Pentágono enquanto vetor de planejamento da política industrial de defesa conferiu à essa burocracia um caráter quase autárquico em relação às demais agências do governo federal e às empresas do setor privado (Hooks 1990) que, em graus variados, estabeleceram relações de dependência econômica e financeira com o setor militar.

À medida que os militares ampliam seus recursos e margem de influência sobre as etapas do processo de decisão, desde a formulação até

sua implementação, as forças armadas e a burocracia militar se tornam não apenas receptáculos passivos de comandos e decisões, mas atores, com capacidades autônomas. A ideia da não intencionalidade também deve ser contestada, sob a justificativa de que seu emprego anula a responsabilidade política sobre as escolhas que, reiteradas ao longo do tempo, contribuem para tornar o aparato militar o instrumento burocrático mais responsivo e capacitado que as opções de resposta civis, em contextos de emergência.

A configuração militarizada das estruturas domésticas favoreceu, em última instância, a adoção de um viés militarista na política exterior, manifesto pela tendência de injeção do planejamento e dos instrumentos militares nas ações externas do país (Milner and Tingley 2015), ou pela percepção da realidade internacional predominantemente em termos militares. Cabe, portanto, compreender, nos EUA, o amálgama produzido entre liberalismo e violência. Assim, é válido avançar nas avaliações da tipologia do chamado “militarismo liberal”.

O MILITARISMO LIBERAL E O CASO ESTADUNIDENSE

A proposição de uma categoria de análise específica para a compreensão da relação entre a violência, o aparato militar e as sociedades liberais parece uma extrapolação do conceito de militarismo. Entretanto, esta busca pode ser compreendida sob a luz da evolução recente do campo de estudos de segurança internacional, no pós-Guerra Fria que parecia inaugurar um ciclo virtuoso no sistema internacional, no qual a relevância das temáticas militares seria reduzida.

Não que isso significasse uma mudança efetiva do *modus operandi* estratégico da potência estadunidense: no plano concreto, o aparato militar continuava a investir maciçamente na produção de novas tecnologias cada vez mais sofisticadas, visando a superioridade máxima via Revolução nos Assuntos Militares (RAM). Documentos estratégicos publicados tanto pela presidência quanto pelos setores burocráticos sinalizavam as possíveis fontes das “novas ameaças”, na ausência do inimigo soviético. Acreditava-se que os conflitos se deslocariam do plano global para o regional e assumiriam um formato cada vez menos estatizado, impondo a necessidade de reformatação das forças militares para a atuação em operações de manutenção e construção da paz (US Department of Defense 1992).

Os estudos de segurança internacional foram influenciados por essas lógicas. Correntes como a tradição da securitização, inaugurada pela Escola de Copenhague,² e os estudos críticos de segurança internacional propunham o alargamento do escopo analítico do campo: as ameaças e os objetos da segurança se tornariam multidimensionais, e não só militares e/

ou estado-cêntricos, ressignificando os termos de segurança, como “segurança humana”, “segurança ambiental”, entre outras. Stavrianakis e Stern (2018) argumentam que esta ênfase, em detrimento da temática militar, representou a negligência e a rejeição aos estudos sobre militarismo. A guerra e a militarização eram restritas à violência cometida pela entidade estatal, obscurecendo outras possíveis formas de violência dentro do corpo social.

Quando abordados pelas vertentes críticas, os conceitos apareciam quase sempre atrelados à securitização. As respostas militarizadas poderiam ser articuladas como instrumento de restabelecimento da segurança, sendo incorporadas ao eixo da excepcionalidade, portanto. Segundo Bernazzoli e Flint (2009), o emprego do termo “securitização” em detrimento da “militarização” era preferível, na medida em que a securitização identificava violências para além da força militar e desmitificava o que supostos “falsos binarismos” inerentes ao conceito de militarização.

A asserção de que determinado campo ou política tornaram-se militarizados pressupunha o reforço às distinções que funcionavam como categorias analíticas, mas não se realizavam na prática, como a separação entre a sociedade e o aparato militar, entre doméstico e internacional, entre guerra e paz etc. Tais dicotomias eram agravadas pelo uso das definições de militarismo e militarização que, embora pudessem incluir quaisquer formas de violência organizada, sua origem ainda recaía sobre a primazia do vetor militar (Bernazzoli and Flint 2009).

Ainda que o debate sobre o tratamento da realidade em termos binários seja interessante, a adoção dos termos securitização e militarismo como intercambiáveis acarreta perdas analíticas. Stavrianakis e Stern (2018) apontam para o fato de a ênfase na segurança obscurecer as especificidades do estudo do poder militar e, principalmente, do impacto da violência, da guerra — em sua preparação e execução — sobre a sociedade. Para as autoras, os conceitos de militarismo e militarização poderiam ser utilizados de maneira crítica, questionando os usos e efeitos da dimensão militar sobre as instituições sociais.

A securitização, como observado, faz referência ao elemento militar sob a ótica da excepcionalidade. O estudo da militarização procura identificar o que é perene em sociedade: a influência da violência e da instituição militar, de forma mais restrita, sobre as relações sociais, tanto em contextos de ameaça direta, quanto fora deles. Embora os dois fenômenos possam se sobrepor e conectar (Stavrianakis and Stern 2018) não designam os mesmos processos.

Por fim, a insistência sobre o estudo da militarização, em detrimento da abordagem securitária funciona, na concepção de Stavrianakis e Stern

(2018), como um mecanismo de rompimento com o viés eurocêntrico das perspectivas de segurança. A retirada do foco das questões militares e da violência revela, tão somente, a apreensão europeia — e, adicionemos, anglo-saxã — dos conflitos internacionais, sobretudo quando travados em regiões periféricas. A ênfase na segurança em detrimento da violência também remonta aos esforços de redução de impacto da atuação de grandes potências em regiões de periferia.

Os estudos mais recentes sobre o militarismo sob o “guarda-chuva” dos Estudos Críticos Militares, com maior projeção nos anos 1990, dedicam-se a recuperar a relevância do conceito. Seu foco reside no aprofundamento do debate sobre como as sociedades se relacionam com o fenômeno da violência organizada, seja em sua forma puramente militar, ou não. Esse tipo de abordagem permite extrapolar as limitações impostas pelo foco na entidade estatal dos estudos tradicionais, embora, como argumentado por Stavrianakis e Stern (2018), essa última não possa ser desconsiderada, posto que o Estado conserva sua relevância.

Um dos frutos das referidas “novas abordagens” foi a formulação do conceito de “militarismo liberal”. Suas origens remontam a Edgerton (1991), que concebeu a tipologia a partir da observação do “modo britânico de fazer a guerra”. Esse tipo de militarismo pode ser resumido nas seguintes características: aversão a grandes exércitos e à conscrição militar; profissionalização das forças armadas; alto investimento tecnológico, com ênfase no setor de capital intensivo; atrelamento do uso da força militar à uma visão universalista sobre a ordem mundial.

O emprego do termo “militarismo liberal” se diferencia das abordagens que elencam as especificidades da “guerra liberal” (Mabee 2016), por construir explicações a partir da guerra e da ligação entre as instituições da violência e a sociedade, suas formas de interação e legitimação. A importância da legitimação é reforçada por Joana e Mérand (2014), para quem o militarismo liberal representa:

Mais do que o uso excepcional da força no nível internacional, ou uma exaltação dos oficiais militares dentro da sociedade, a noção de militarismo liberal denota aqui as representações sociais inscritas pelos atores políticos e sociais à política de defesa em democracias liberais. (Joana and Mérand 2014, 1, tradução nossa).

Tais proposições não pressupõem a imputação de uma análise valorativa ou comparativa entre as sociedades liberais e aquelas ditas “não liberais”. Trata-se do recurso a um “tipo-ideal” com o intuito de mapear o que é específico aos contextos liberais — caracterizados, historicamente, pela rejeição aos exércitos de larga escala, a separação formal entre as esferas

civil e militar e a promoção da economia de livre mercado — a fim de desmistificar a premissa de que o militarismo é uma característica exclusiva das sociedades autoritárias. Porém, este é um modelo que reproduz o que já é verificável dentro da distinção “liberal” *versus* “não liberal”.

Perspectivas como as de Mabee (2016) e Basham (2018) oferecem caminhos mais críticos. A democracia surge muito mais como um instrumento de legitimação da violência nas sociedades liberais, do que como uma característica perene e inerente. Fazendo ecos à abordagem feminista, os autores demonstram as distorções provocadas pelo militarismo nessas sociedades, especialmente em se tratando da criação de espaços de exclusão de minorias, desigualdade e aumento da sensação da insegurança.

Stavrianakis (2016) pontua que o arcabouço ideológico do militarismo liberal funciona como um mecanismo de acobertamento de atividades arbitrárias ou irregulares por parte de potências liberais. Para a autora, o militarismo liberal legitima-se por meio da construção de binarismos entre “democracia *versus* autoritarismo”; “civilização *versus* barbárie”; “guerra *versus* paz”, entre outros.

Fatores chave da especificidade do militarismo liberal incluem: o caráter capitalista e tecnológico-intensivo da preparação e condução da guerra; um forte comprometimento com a produção militar durante a guerra e a paz e um auto entendimento como poder primariamente “econômico, industrial e comercial”; a forma distanciada de ataques sobre populações do Sul e a simultânea contenção de conflitos sociais internamente e o policiamento do império externamente, normalmente acompanhados de supostamente “pequenos” massacres”; uma ideologia universalista e concepção de ordem mundial; baixos níveis de participação militar da sociedade; uma relação Estado-capital que é formalmente separada, mas organicamente interligada. Justificativas baseadas em valores e critérios morais, promovendo direitos humanos e humanitários, centrais para legitimar essas feições do militarismo liberal, e que contrastam com as justificativas baseadas na soberania de grandes fornecedores e recipientes “não liberais”, como Rússia, China e Índia. (Stavrianakis 2016, 845, tradução nossa).

A construção de tais dicotomias estabelece uma polarização, que concede, do ponto de vista da nação, a existência de um “nós” liberal, em oposição a um “eles” não liberal, que representa uma ameaça à existência e funcionamento da ordem liberal (Desch 2009). As únicas possibilidades de interação com o “outro” tornam-se, necessariamente, a eliminação total, ou a assimilação e reconstrução, a partir de sua adequação aos parâmetros políticos e econômicos do liberalismo. A segunda implicação é que por meio do discurso dicotômico se reforça a associação entre o liberalismo e a paz/

estabilidade. A guerra e a violência são tratadas como rupturas e excepcionalidades, e não parte da ordem.

Para Neocleous (2010), a construção da ordem internacional liberal e da ideia de “paz liberal” se assentam no escamoteamento de estruturas que propagam e reproduzem a violência. A violência se constitui, não como uma ruptura da paz e da ordem, mas como parte do funcionamento dessa última, uma vez que a difusão de seus princípios e instituições têm se realizado, historicamente, a partir da repressão ou aniquilação de indivíduos e sociedades que não se enquadrem em sua lógica. Afinal, “Não pode haver nenhum império da liberdade sem armas [...] Impérios da liberdade são sempre impérios de violência. Como impérios da liberdade, entretanto, essa violência é perpetrada em nome da paz e segurança” (Neocleous 2010, 12, tradução nossa).

O discurso de legitimação, alicerçado na redução de impactos e normalização das práticas militaristas, serve tanto à audiência internacional, quanto doméstica. Em sociedades liberais, o uso da força envolve o consentimento dos indivíduos à atuação estatal. O militarismo se verifica no esforço de construção de ameaças como um perigo à vida do Estado e à sociedade, a fim de garantir a anuência da opinião pública. O militarismo restabelece, nas sociedades liberais, a integração entre Estado e indivíduo, articulada a partir da ideia de que uma ameaça à integridade estatal representa uma ameaça a todo o corpo social (Basham 2018). A falha nessa conexão talvez seja explicativa dos contextos de baixa adesão da população ao discurso e às soluções internacionais militarizadas.

O militarismo liberal se manifesta, no plano internacional, por meio de mais duas práticas: a promoção da militarização de capital intensivo, via grande especialização e sofisticação tecnológica, e a compreensão da guerra como veículo de modernização econômica e social. Como pondera Mabee (2016): “Ainda que a modernização não seja claramente conectada ao militarismo ou à militarização, foi essencial para o projeto liberal, e se conecta ao militarismo através da exportação de estilos liberais de preparação militar a outros Estados.” (Mabee 2016, 1, tradução nossa).

As fundações do *National Security State*, ou seja, a orientação do Estado estadunidense e todo o seu aparato burocrático à segurança e à contenção da URSS, durante o conflito bipolar, contribuíram para que o setor militar se convertesse, tal qual discutido, em impulsor da inovação. Prevalece a associação burocracia de defesa- superioridade-eficiência, legitimando a opção política pelo instrumento militar diante da morosidade e falta de recursos civis.

A construção de acordos de cooperação em segurança e as transferências de armamentos representam a face externa do consórcio entre milita-

rismo e modernização. De acordo com Kinsella (2013), a modernização militar de capital intensivo se tornou uma representação simbólica do Estado moderno. A aquisição de armamentos das grandes potências por países periféricos se constituiu como um processo material de *military build-up* e de socialização de normas, valores e práticas sobre o funcionamento do Estado e da ordem internacional. O armamento e todos os elementos que o acompanham, como os treinamentos conjuntos, programas de cooperação em educação militar, carregam um arcabouço normativo sobre como os Estados recipientes deveriam comportar-se, no que tange à organização sociopolítica e econômica.

No caso dos EUA, essas iniciativas respondem ao propósito de “ensinar aos aliados como os militares estadunidenses fazem as coisas” (Kriege Souma, and Nexon 2015). Para Mabee (2016), o incentivo à modernização militar de países aliados tinha um propósito claro de combate ao comunismo, estabelecendo um “cordão sanitário” protetor contra as investidas soviéticas e para evitar que os países da periferia migrassem para a órbita comunista. Quando do desmoronamento da URSS, porém, um segundo elemento adicionado a essas dinâmicas foi o uso das estratégias de cooperação em segurança e reconstrução humanitária como forma de abertura dos mercados e economias locais ao modo de organização socioeconômica neoliberal.

A prevalência do militarismo nas relações exteriores e domésticas dos EUA não parece condizer com as tendências observadas nas interações entre as sociedades liberais nas últimas décadas e seus aparatos militares. De acordo com Joana e Mérand (2014), alguns dos elementos que se repetem em boa parte dos países da Europa e da América do Norte são: o aumento do potencial de “civilinização” dos militares, a desmilitarização do Estado e o incremento da privatização do setor de segurança.

O primeiro item faz ecos às reflexões de Moskos et al. (2000) a respeito da crescente sobreposição entre as atividades militares e civis nas “sociedades pós-modernas”. O fim da Guerra Fria teria contribuído para ampliar as funções militares, tornando os oficialatos cada vez mais próximos da sociedade civil, a despeito da permanência do *ethos* militar voltado ao gerenciamento da violência. Arelada a esse fenômeno, a desmilitarização se refere à perda da expressividade do setor militar em sociedade, em detrimento de outras esferas governamentais. Essa dimensão se reflete na menor interação do público com as questões militares — incluindo a baixa adesão ao alistamento militar — e na redução das porcentagens do PIB investidas em defesa. Finalmente, a privatização das funções militares, por meio da contratação de empresas de segurança, tem orientado cada vez

mais a esfera militar ao mercado, o que se verifica nas aquisições e alta sofisticação da produção de defesa.

O caso dos EUA é destoante em relação às experiências europeias pelo fato de o impacto do setor militar no país ainda ser elevado economicamente. Apesar das reduções em termos de orçamento e pessoal sofridas ao término da Guerra Fria, o país continuou a incrementar a produção tecnológica-militar e voltou a destinar maciços recursos ao setor depois dos atentados de 11 de setembro de 2001. Entretanto, observa-se o alto grau de privatização das atividades das forças armadas.

A privatização não é inconsistente com o militarismo, na medida em que, no contexto estadunidense, seu emprego não significa a substituição dos efetivos militares. A maior parte das funções assumidas pelos contratados se concentra no setor de segurança e logística, ao passo que as atividades de combate, reconstrução e treinamento de forças estrangeiras continuam a ser desempenhadas pelas forças militares convencionais e especiais (Hartung 2011). A imbricação entre o setor público e privado, nos EUA, é uma das principais fontes da militarização. Igualmente, os EUA representam um estudo de caso complexo sobre a experiência do militarismo e sua correlação com o liberalismo.

De forma sintética, as características do militarismo liberal, observadas no caso estadunidense, podem ser assim sistematizadas, com base na literatura abordada:³

Quadro 2

Proposta de Síntese Conceitual

Militarização	Militarismo liberal
Aumento contínuo dos investimentos federais no aparato militar e nas capacidades coercitivas do Estado (públicas ou privadas)	Romantização e supervalorização dos ideais e símbolos militares em sociedade e em posicionamentos governamentais
Utilização de recursos de origem militar para o financiamento de políticas civis, culminando, em alguns casos, em seu redirecionamento às finalidades militares	Baixos índices de recrutamento/ distanciamento entre a sociedade e as forças armadas, apesar da manutenção de altos índices de confiança social na instituição militar
Alargamento das funções e ocupação de cargos civis por integrantes na ativa ou veteranos das forças armadas, que podem ou não resultar em aumento de poder decisório	Ampla sobreposição entre os setores público e privado, e entre as esferas civil e militar
Incorporação de elementos da doutrina, mentalidade e/ou organização militar às políticas e estratégias governamentais e assimilação de doutrinas e conceitos civis pelas forças armadas, visando a legitimação da ação militar	Ênfase na modernização tecnológica e doutrinária das forças armadas
Acomodação de políticas de governo às finalidades tipicamente militares- segurança nacional, defesa e o exercício da guerra	Construção de justificativas e instrumentos de legitimação do emprego da força, a partir de princípios liberais (democracia, direitos humanos, justiça, prosperidade econômica, entre outros)
	Promoção de narrativas de segurança de caráter binário, sustentado em oposições como amigo/inimigo, democracia/ autoritarismo, civilização/barbárie, nós/eles, que determinam, em última instância, a gradação dos recursos a serem empregados, isso é, assimilação, coerção ou aniquilação pela força militar

Fonte: elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se debater ao longo deste artigo a correlação entre militarização e militarismo nos EUA, e suas particularidades com relação à visão deste país como uma sociedade liberal. Buscou-se, para tanto, fazer um mapeamento, não exaustivo, do debate sobre militarismo e militarização.

Como argumentado, os processos de militarização não podem ser dissociados, nos EUA, do reconhecimento de traços de uma estrutura social e cultural militarista que se reflete sobre a organização da política externa. O conceito de “militarismo liberal” parece traduzir, de forma mais precisa, estas peculiaridades e contradições, na medida em que, como indicado, o liberalismo não se apresenta como antítese, e sim como mecanismo de legitimação dos fenômenos da militarização e do militarismo. Apesar de suas limitações, este arcabouço permite o tensionamento da literatura e das narrativas políticas predominantes, historicamente, que enquadram o país como um modelo “bem-sucedido” de controle civil sobre as forças armadas.

REFERÊNCIAS

Adams, Gordon, and Murray, Shoon (Ed.). 2014. *Mission Creep: The Militarization of US Foreign Policy?*. Washington, DC: Georgetown University Press.

Bacevich, Andrew. 2007. *The Long War: A New History of U.S. National Security Policy Since World War II*. New York: Columbia University Press.

Basham, Victoria M. 2018. “Liberal militarism as insecurity, desire and ambivalence: Gender, race and the everyday geopolitics of war”. *Security Dialogue* no. 1: 32–43. journals.sagepub.com/doi/10.1177/0967010617744977.

Bernazzoli, Richelle M, and Flint, Colin. 2009. “From militarization to securitization: Finding a concept that works”. *Political Geography* 28: 449–50. [academia.edu/4567573/From_militarization_to_securitization_Finding_a_concept_that_works](https://www.academia.edu/4567573/From_militarization_to_securitization_Finding_a_concept_that_works).

Bloomfield, Lincoln P. 1974. *In search of American foreign policy*. New York: Oxford University Press.

Desch, Michael C. 2009. “Hartz, Huntington, and the Liberal tradition in America: The clash with military realism.” In *American civil-military relations: The soldier and the State in a New Era*, edited by Suzanne C. Nielsen, and Don M. Snyder. Baltimore: Johns Hopkins University Press: 91–111.

Downes, Cathy. 2010. “Unintentional Militarism: Over-reliance on Military Methods and Mindsets in US National Security and its Consequences.” *Defense and Security Analysis* 4: 371–85. www.researchgate.net/publication/241713105_Unintentional_Militarism_Over-reliance_on_Military_Methods_and_Mindsets_in_US_National_Security_and_its_Consequences.

Eisenhower, Dwight. 1961. *Farewell Radio and Television Address to the American People*. www.eisenhower.archives.gov/all_about_ike/speeches/farewell_address.pdf.

Enloe, Cynthia. 2014. “Understanding Militarism, Militarization, and the Linkages with Globalization”. *Women Peacemakers Program*. www.genderit.org/resources/gender-militarism-analyzing-links-strategize-peace.

Forner, Clarissa Nascimento. 2020. “O Departamento de Defesa e a militarização da política externa estadunidense de Bush a Obama (2001-2017)”. Tese (Doutorado) — San Tiago Dantas Unesp-Unicamp-PUC-SP.

Grizold, Anton. 2000. “Contemporary National Security in the Light of Militarization and Militarism”. *Security Studies* 5: 128–43. www.cceol.com/search/article-detail?id=80781.

Hartung, William D. 2011. “The Military-Industrial Complex Revisited: Shifting Patterns of Military Contracting in the Post-9/11 Period”. *Costs of War*. watson.brown.edu/costsofwar/files/cow/imce/papers/2011/The%20Military-Industrial%20Complex%20Revisited.pdf.

Hooks, Gregory. 1990. “The rise of Pentagon and US state building: The defense program as industrial policy”. *American Journal of Sociology* 2: 358–404. www.jstor.org/stable/2781106?seq=1.

Janowitz, Morris. 1960. *The professional soldier: a social and political portrait*. United States: Free Press.

Joana, Jean, and Mérand, Frédéric. 2014. The varieties of liberal militarism: towards a typology. *French Politics* 2:177–91. www.researchgate.net/publication/263204155_The_varieties_of_liberal_militarism_A_typology.

Keohane, Robert O. 1984. *After hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. United Kingdom: Cambridge University Press.

Kienschferf, Markus. 2013. *US Domestic and International Regimes of Security. Pacifying the globe, securing the homeland*. New York: Routledge.

Kinsella, David. 2013. “The global arms trade and the diffusion of militarism”. In *Militarism in International Relations: Political economy, security, theory*, edited by Anna Stavrianakis, and Jan Selby. New York: Routledge.

Krieger, Miria, Shannon L. C. Souma, and Daniel H. Nexon. 2015. “US military diplomacy in practice”. In *Diplomacy and the making of world politics*, edited by Pouliot et al. United Kingdom: Cambridge University Press.

Levy, Yagil. 2016. "What is Controlled by Civilian Control of the Military? Control of the Military vs. Control of Militarization". *Armed Forces and Society* 1: 75–98. www.civil-military-studies.org.il/wp-content/uploads/2019/12/what-is-controlled-by-civilian-control.pdf.

Lisón, Carlos Barrachina. 2007. *La participación política de los militares en la transición española: Influencias, evoluciones y consecuencias*. México: Ediciones Pomares.

Lutz, Catherine. 2002. *Homefront: A military city and the American 20th Century*. Boston: Beacon Press.

Mabee, Bryan. 2016. "From 'liberal war' to 'liberal militarism': United States security policy as the promotion of military modernity". *Critical Military Studies* 2: 1–20. www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/23337486.2016.1184418.

Mann, Michael. 1987. "The roots and contradictions of modern militarism". *New Left Review* I/162.

Mathias, Suzeley K. 2003. *A militarização da burocracia: A participação militar na administração federal das Comunicações e da Educação 1963-1990*. São Paulo: Editora Unesp.

Milner, Helen V., and Dustin Tingley. 2015. *Sailing the water's edge: the domestic politics of American foreign policy*. New Jersey: Princeton University Press.

Motta, Bárbara Vasconcellos de Carvalho. 2018. "Securitização". In *Dicionário de Segurança e Defesa*, edited by Hector Luis Saint-Pierre, and Marina Gisela Vitelli. São Paulo: Editora Unesp.

Moskos, Charles C, J. A. Williams, and D. R. Segal (Ed.). 2000. *The Postmodern Military: Armed Forces after the Cold War*. New York: Oxford University Press.

Neocleous, Mark. 2010. "War as peace, peace as pacification". *Radical Philosophy* 159. www.radicalphilosophy.com/article/war-as-peace-peace-as-pacification.

Pion-berlin, David. "Militarismo". In *Dicionário de Segurança e Defesa*, edited by Hector Luis Saint-Pierre, and Marina Gisela Vitelli. São Paulo: Editora Unesp.

Ross, Andrew L. 1987. "Dimensions of militarization in the Third World". *Armed Forces and Society* 4: 561–78. journals.sagepub.com/doi/10.1177/0095327X8701300405.

Shaw, Martin. 2013. "Twenty-First Century Militarism: A Historical-Sociological Framework". In *Militarism in International Relations: Political economy, security, theory*, edited by Anna Stavrianakis, and Jan Selby. New York: Routledge.

Stavrianakis, Anna, and Maria Stern. 2018. "Militarism and security: Dialogue, possibilities and limits". *Security Dialogue* 1: 3–18. journals.sagepub.com/doi/10.1177/0967010617748528.

Thee, Marek. 1977. "Militarism and Militarization in Contemporary International Relations". *Security Dialogue* 4: 296–309. journals.sagepub.com/doi/10.1177/096701067700800402.

US Department of Defense. 1992. *Defense Planning Guidance*. nsarchive.gwu.edu/nukevault/ebb245/doc03_extract_nytedit.pdf.

Vagts, Alfred. 1937. *A history of militarism*. United States: Greenwich Editions.

Washington, George. 1796. *Farewell address* avalon.law.yale.edu/18th_century/washing.asp.

GOD BLESS OUR MEN IN UNIFORM:

MILITARIZAÇÃO E MILITARISMO NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

RESUMO

Este artigo tem como objetivo debater os fenômenos da militarização e do militarismo no contexto sociopolítico dos Estados Unidos da América (EUA), analisando suas manifestações domésticas e externas, historicamente. Argumenta-se que, a despeito da prevalência das interpretações tradicionais, que associam o país e sua organização social, assentada em valores liberais, a um modelo de equilíbrio no campo das relações civil-militares, os processos históricos de crescimento da influência do aparato militar na esfera doméstica e internacional revelam uma realidade mais complexa. Neste contexto, o liberalismo não se apresenta como antítese à perpetuação do militarismo e da militarização, mas como seu complemento e fonte de legitimação. A fim de articular tais conexões, o artigo propõe um resgate da discussão conceitual sobre militarismo e militarização, e o debate da tipologia do “militarismo liberal”, como forma de caracterização do caso estadunidense. Metodologicamente, a análise será conduzida por meio de instrumentos qualitativos, incluindo análise documental e a revisão da literatura especializada.

Palavras-chave: Militarismo; Militarização; Estados Unidos da América.

ABSTRACT

This article aims to discuss the phenomena of militarism and militarization in the sociopolitical context of the United States of America (USA), analyzing its domestic and external manifestations historically. We argue that despite the dominance of traditional interpretations that associate the country and its social organization, grounded in liberal values, with a balanced model of civil-military relations, the historical processes involving the growing military influence in domestic and international realms reveal a more complex reality. In this context, liberalism does not present itself as an antithesis to the perpetuation of militarism and militarization but rather as its complement and legitimation source. To articulate these connections, the article proposes revisiting the conceptual discussion on militarism and the typology of “liberal militarism” as a way to characterize the US case. Methodologically, the analysis will be conducted through qualitative instruments, including document analysis and literature review.

Keywords: Militarism; Militarization; United States of America.

Recebido em 27/08/2023. Aceito para publicação em 04/12/2023.

NOTAS

1. O artigo é resultado da tese de doutorado, intitulada como “O Departamento de Defesa e a militarização da política externa estadunidense de Bush a Obama (2001-2017)”, desenvolvida com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).
2. De acordo com Motta (2018), a teoria da securitização foi proposta nos anos 1990 pela Escola de Copenhague, através de expoentes como Barry Buzan e Lene Hansen. A securitização, em sua definição mais básica, se fundamenta como um movimento discursivo, que tem por objetivo a representação de uma ameaça a um determinado objeto de referência, o levando para além do campo da política e adentrando ao campo das medidas excepcionais.
3. Para esta síntese nos baseamos nas reflexões de Mathias (2003); Ross (1987); Kinsella (2013); Kienserchef (2013); Shaw (2013); Adams e Murray (2014); Levy (2016).